

O cerrado como fonte de plantas medicinais para uso dos moradores de comunidades tradicionais do alto Jequitinhonha, MG.¹

Juliana Sena Calixto²

Eduardo Magalhães Ribeiro³

Resumo: As plantas medicinais representam um fator de grande importância para a manutenção das condições de saúde das comunidades pesquisadas, sendo também parte de um saber local preservado, utilizado e difundido pelas populações ao longo de várias gerações, que vem sendo expropriado em detrimento do desenvolvimento dessas populações. O presente trabalho consiste em um estudo a respeito das espécies nativas do cerrado usadas como remédio por comunidades tradicionais no alto Jequitinhonha, observando suas diferentes propriedades terapêuticas, possíveis normas, preceitos e valores culturais associados a cada espécie e os critérios definidos por “especialistas” para classificar essas plantas como medicinais. Buscou-se também conhecer os ambientes dos quais as espécies são retiradas, os processos de coleta, beneficiamento, armazenamento e preparo dessas espécies para o uso.

1 – Introdução

Um dos fatores que tem garantido a sobrevivência do ser humano é o seu conhecimento e relativo domínio sobre os recursos naturais. Água, solo, animais e plantas, asseguram a satisfação de todas as necessidades básicas da espécie humana.

As intervenções humanas predatórias sobre o meio ambiente têm sido fator de constante preocupação dos governantes e da população do planeta, e os efeitos negativos dessas intervenções podem ser facilmente percebidos.

A acelerada destruição da biodiversidade do planeta tem levado pesquisadores a centrarem seus estudos em populações que convivem em interação com o meio, desenvolvendo técnicas conservacionistas de utilização dos recursos naturais que garantem a manutenção da biodiversidade para a utilização das gerações futuras. Tal conservação existe devido ao fato de

¹ Trabalho financiado pelo PIBIC/CNPq

² Engenheira Florestal, mestranda em Administração, Universidade Federal de Lavras (UFLA), bolsista Capes.
jujucalixto@yahoo.com.br

haver uma forte integração dessas comunidades com o meio, que é para elas fornecedor de diversos recursos, de significativa importância para sua sobrevivência. Da natureza, as comunidades extraem alimento, madeira para construção, lenha e remédios, que são o objeto desse estudo.

Inúmeras comunidades rurais preservaram valiosos conhecimentos sobre as plantas medicinais, relacionando a elas preceitos e valores culturais que garantiram a conservação deste saber e ajudaram a fortalecer a confiança de tais populações nas “boticas da natureza”, manipuladas na maioria das vezes por pessoas com grande conhecimento sobre o assunto, denominados como curandeiros, raizeiros e parteiras.

As plantas medicinais desempenham também um importante papel sócio-econômico, tanto para as populações rurais como para cidadãos urbanizados. Para os primeiros, a utilização de espécies medicinais, na maioria das vezes nativas da sua região ou cultivadas em seu quintal, reduz e, muitas vezes elimina, os gastos com medicamentos sintéticos, que para algumas famílias brasileiras, especialmente as que têm crianças e idosos, constitui um item pesado no orçamento doméstico.

Para a indústria de fármacos, as plantas medicinais representam boa parte da matéria-prima para a confecção de medicamentos, além de representarem um grande desafio, pois, de toda a flora mundial, apenas uma pequena parcela é conhecida pela ciência até agora.

A acelerada destruição dos ecossistemas e de sua biodiversidade tem colocado em risco a sobrevivência das espécies medicinais utilizadas pelas populações rurais, reduzindo drasticamente sua disponibilidade, e até extinguindo-as por completo. Algumas destas espécies podem até nem ter sido descritas pela botânica.

O conhecimento tradicional sobre os recursos naturais tem sido muito utilizado por cientistas para a descoberta, apropriação e patenteamento de algumas espécies da flora nacional, eliminando metade dos custos com pesquisa. Tais procedimentos fizeram surgir um debate sobre o real direito das patentes dessas espécies, destacando os moradores das comunidades como os verdadeiros portadores do direito à patente e todos os seus benefícios.

³ Professor do Departamento de Administração e Economia da UFLA. eduardo@ribeiros.net

2 - Recursos naturais e comunidades tradicionais

Atualmente, vem crescendo o número de pesquisadores interessados no conhecimento das denominadas “populações tradicionais”, procurando desvendar um modo de vida freqüentemente visto como rudimentar e atrasado, mas que envolve um saber imenso e altamente refinado sobre a natureza e os recursos que ela disponibiliza para a sobrevivência humana.

O conceito de população tradicional é um conceito bastante discutido entre os pesquisadores, não existindo definição universalmente aceita. Entretanto vem sendo amplamente empregado como autodenominação de populações rurais quando na exigência de seus direitos a território e políticas públicas que atendam as suas especificidades e respeitem seus conhecimentos, sua cultura e suas práticas (Colchester, 2000; Castro, 2000).

Por populações tradicionais, entende-se aquelas que possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também manejando-a quando necessário. Em tais populações, ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo (DIEGUES, 1996).Gómez-Pompa e Kaus (2000) caracterizam-nas como possuidoras de um “conhecimento cumulativo específico para o ambiente local”, usado para manejar, conservar e até “criar” a biodiversidade.

O conhecimento das populações tradicionais muitas vezes é usado como fator de conservação do ambiente, através de formas de manejo que surgem a partir de observações da natureza, e não da simples vontade de dominá-la, como podemos verificar nos sistemas de produção difundidos pelos técnicos e instituições de ciências agrárias. RIBEIRO et al (2002), associam a organização de produção dessas comunidades com a forma de preservar o ambiente, pois como dependem quase que exclusivamente do meio, procuram se harmonizar com ele.

Os autores afirmam que

“para o plantio de milho, por exemplo, a ciência agrônômica recomenda correção e adubação de solos; o saber tradicional recomenda procurar uma terra própria àquele cultivo e plantá-la com sementes adaptadas” (RIBEIRO et al, 2002:593).

POSEY (1987) cita o caso dos índios Kayapó, que desenvolveram um elaborado sistema de manejo das florestas, que permitia usar, simultaneamente, uma pequena extensão de terra para cultivo, coleta e caça, através de uma rotação que viabilizava a regeneração da área de cultivo.

Devido à forte relação com o meio, essas comunidades desenvolvem técnicas específicas de utilização dos recursos naturais. Sabem a melhor hora de preparar a terra, plantar e colher; sabem quando coletar, quando caçar, a melhor época para pesca; conhecem os remédios do lugar, criam produtos a partir de recursos da natureza, como o sabão de macaúba, a vassoura de buriti, os tijolos de barro. Tais técnicas garantem a sobrevivência do grupo e, ao mesmo tempo, conservam os recursos para as gerações futuras.

As técnicas de manejo dos recursos naturais desenvolvidas pelas populações tradicionais não possuem como objetivo principal a maximização da produção visando altos lucros monetários. Pelo contrário, são técnicas que se adaptam ao meio natural, garantindo sua conservação e, de certa forma, sua reprodução social e cultural (DIEGUES, 1996).

A construção do saber tradicional possui inúmeras peculiaridades. É um saber alicerçado na vivência dos indivíduos, nas suas relações pessoais, sociais e também com o ambiente. Pode-se afirmar que o conhecimento tradicional é fruto do trabalho e das descobertas de um grupo, o que justifica sua riqueza e diversidade. No caso de comunidades rurais,

“o mundo camponês cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer, de reproduzir frações da vida, da sua ordem social e da reprodução da vida camponesa. Para cada tipo de atividade do ciclo rural, há um repertório próprio de conhecimentos, cuja rusticidade apenas esconde segredos e saberes de uma grande complexidade”(BRANDÃO, 1986:15).

As populações tradicionais transmitem seus conhecimentos através de gerações. É um saber passado pela vivência, pelas relações familiares e sociais. As crianças aprendem à medida que acompanham os adultos em determinadas atividades, que saem para brincar, coletar frutos, caçar pequenos animais. Alguns conhecimentos são cuidadosamente passados aos mais jovens por serem considerados de grande necessidade, como saber quais plantas podem ser utilizadas contra “ofensa de bicho mau” (picadas de cobra, de escorpião, etc.).

Cada população tradicional costuma ter os seus “especialistas”, que são aquelas pessoas que dominam determinado tema, e que são referência para a comunidade.

Este conceito aqui utilizado foi adaptado por BRANDÃO (1986) para definir aqueles depositários do saber nas comunidades rurais; assim, existem especialistas locais e comunitários em saúde, agricultura, criação de animais, rezas, produção de utensílios, história, etc. São pessoas que tornam-se referência comunitária de uma determinada área de conhecimento, são indicadas, solicitadas e referência em saberes específicos e adaptados.

As razões pelas quais se tornam especialistas ainda são desconhecidas; talvez porque se identifiquem com o tema e resolvam se dedicar à sua observação e estudo, ou, no caso dos especialistas em plantas medicinais, porque tenham pessoas doentes na família, ou por terem crianças em casa que necessitem de cuidados constantes. Há também os casos de especialistas que fabricam e comercializam produtos, as “garrafadas”, por exemplo, que são remédios feitos de um conjunto de plantas, que se destinam à cura de determinada doença; em casos como esses, a especialização oferece um retorno em dinheiro ao especialista, de certa forma como compensação pelo esforço de acumular tanto conhecimento.

Embora grandes conhecedores da natureza, das plantas medicinais, da história da comunidade, detentores de um saber específico, os especialistas não perdem sua identidade de agricultores, sua forte relação com a terra e, muitas das vezes, têm ampliado as noções de conservação do ambiente.

Os critérios usados pelas populações tradicionais para classificar os recursos naturais estão, na maioria das vezes, relacionados aos diferentes ambientes em que os recursos são encontrados, ou no efeito que tal recurso causa no organismo de quem o ingere (no caso de alimentos e plantas medicinais).

BRANDÃO (1981) estudou a classificação dos alimentos feita por uma comunidade de agricultores no interior de Goiás, e pôde observar que os alimentos são classificados de acordo com a sua “natureza” e pelos efeitos que provocam nos consumidores. Segundo tais critérios, os alimentos podem ser agrupados em *quente* ou *frio*, *forte* ou *fraco*, *reimoso* ou *sem reima*, sendo *forte* a comida capaz de manter o trabalhador “alimentado” por mais tempo, capaz de produzir e conservar mais energia para a atividade braçal; o *quente* e o *frio* da comida nada têm a ver com a sua temperatura, mas com o bem ou mal que provoca no organismo - alimentos *frios* são “calmantes para os nervos”, ideais para quem tem pressão alta; alimentos quentes fazem mal para o aparelho digestivo. A reima é alguma coisa presente no corpo da pessoa e em alimentos, e que

faz mal para o sangue e, conseqüentemente, para problemas e doenças da pele; são reimosos os alimentos que têm reima.

Alguns autores têm observado que as populações tradicionais desenvolvem normas de regulação do uso dos recursos naturais, como forma de garantir a sua conservação. Tais normas são construídas coletivamente, a partir do conhecimento das populações a respeito dos recursos, de modo que acontece o que poderia ser designado de *manejo sustentável* do ambiente, pois regula a utilização de acordo com a capacidade do meio⁴.

Uma característica marcante nas áreas habitadas por populações tradicionais é a presença de áreas comuns, que são terras de uso coletivo de um determinado grupo. É nessas áreas que as normas de regulação dos recursos podem ser observadas com mais clareza, pois por serem áreas de “todo mundo”, o dever da preservação e o ônus da destruição devem ser divididos. DIEGUES (1998) observou que, entre as populações tradicionais, há um consenso de que os recursos em comum devem ser usados com economia, para garantir a reprodução social do grupo.

A maneira como as populações tradicionais se relacionam com o meio, muitas vezes tem garantido a proteção de áreas de grande biodiversidade, como é o caso de algumas comunidades do alto Jequitinhonha – nordeste de Minas Gerais, região que faz parte do cerrado mineiro - que conseguem preservar o ambiente, mesmo após décadas de ocupação da área, com a utilização de um sistema de produção altamente integrado com a natureza e com a formulação de normas de utilização das áreas de uso comum.

3- O alto Jequitinhonha

A região do alto Jequitinhonha é composta em sua maioria por vegetação de cerrado e em partes por vegetação de mata atlântica, sendo considerada uma transição entre os dois ecossistemas.

O alto Jequitinhonha é caracterizado pela peculiaridade da distribuição de seus ambientes e das atividades da sua população ao longo desses ambientes. Parte da região é composta por áreas planas, de altitude elevada, vegetação prioritariamente composta por gramíneas e arbustos esparsos; tais áreas são denominadas *chapadas* e, por serem terras de baixa fertilidade natural, são consideradas inaptas para o cultivo pelas comunidades locais, e há tempos atrás eram

⁴ DIEGUES (1996), RIBEIRO et al. (2002) e GALIZONI (2000) descrevem bem este assunto.

utilizadas para criação de gado “na solta”. As *grotas* são áreas localizadas nas encostas e partes baixas, próximas a cursos d’água, sendo terras de alta fertilidade natural e abundância de recursos (RIBEIRO et al 2002; GALIZONI, 2000). Os *campos* são regiões de baixa fertilidade do solo e de vegetação esparsa, sendo considerados inaptos para o cultivo.

As comunidades rurais do alto Jequitinhonha se agrupam preferencialmente próximas às fontes de água, tornando-se as *grotas* áreas mais povoadas, onde as famílias constroem suas casas e suas lavouras. O apossamento da terra nas comunidades é feito através do trabalho da família nas lavouras, tornando-se as *grotas* terrenos mais “fechados”, com donos definidos, e os campos e chapadas são terras mais “abertas”, de domínio mais comum (GALIZONI, 2000).

As populações do alto Jequitinhonha utilizam as *grotas* para o cultivo, os campos e as chapadas para soltar gado e extrair recursos naturais, sendo os dois últimos fontes de inúmeros recursos usados pelas comunidades para obtenção de energia, madeira, alimentos e remédios.⁵

O pouco conhecimento da vegetação das chapadas fez com que essas áreas fossem consideradas pelo poder público brasileiro nos anos 1970, áreas inúteis, um vazio ecológico que deveria dar lugar ao desenvolvimento, à produtividade. Com a lei de incentivos fiscais, grandes extensões de chapada no alto Jequitinhonha foram ocupadas por monoculturas, predominando na região a cultura do eucalipto. Essa ocupação reduziu drasticamente a biodiversidade local, pois as chapadas eram fonte de importantes e exclusivos recursos para as populações tradicionais, formadas por grandes conhecedores da fauna e da flora locais.

A destruição das chapadas também contribuiu para a recente degradação ambiental ocorrida na região: os moradores, que antes criavam seu gado “na solta” pelas chapadas, que eram áreas comunitárias, foram obrigados a criá-los próximo aos seus terrenos de cultivo, sobrecarregando o ambiente, acelerando o processo de destruição.

Nos campos e nas áreas remanescentes de chapadas, as famílias ainda costumam extrair muitos recursos naturais, que servem às vezes para complementar a dieta da família, alimentar o fogão de lenha, reformar uma cerca, curar uma enfermidade.

“O extrativismo é um componente ao mesmo tempo periférico e fundamental aos sistemas de produção” (RIBEIRO et. al.,2002:596).

A variedade de ecossistemas, de formas de ocupação das terras e sistemas de produção, transforma o alto Jequitinhonha numa região ímpar, com uma população rural específica, o que

⁵ Sobre a extração de recursos naturais, ver CHÉVEZ-POZO (1997); REIS (2000) e RIBEIRO et al.(2002).

tem alimentado discussões de organizações locais, para que os agricultores familiares do lugar sejam vistos na categoria de populações tradicionais, devido à complexidade de fatores que envolvem seu modo de vida e de produção, exigindo para eles a elaboração de políticas públicas específicas, que respeitem as suas peculiaridades.

4- Objetivos e metodologia da pesquisa

Esta pesquisa teve como objetivos conhecer as espécies vegetais utilizadas como remédios pela população local de comunidades rurais do alto Jequitinhonha, suas diferentes propriedades terapêuticas, possíveis normas, preceitos e valores culturais associados a cada espécie e os critérios definidos pelos especialistas para classificar essas plantas como medicinais.

Buscou-se também conhecer os ambientes dos quais as espécies são retiradas, e os processos de coleta, beneficiamento, armazenamento e preparo dessas espécies para o uso.

Visando observar os limites da extração de plantas medicinais, foram investigadas as formas de domínio, regulação e instituição de normas de uso das áreas de coleta e as épocas de coleta das espécies, observando os efeitos estacionais sobre a extração. Procurou-se também investigar a existência de lógicas conservacionistas nos processos de extração e regulação dos recursos pesquisados.

Para o estudo de populações tradicionais, um dos enfoques mais utilizados é o da etnobiologia, que estuda o saber tradicional sobre a dinâmica da natureza, buscando conhecer sua lógica classificatória e os diferentes critérios de uso atribuídos aos recursos naturais por essas populações. Seria

“o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptações do homem a determinados ambientes”(POSEY, 1987:151).

A complexidade dos sistemas de classificação utilizados pelas comunidades tradicionais faz com que sejam necessários anos de estudos para compreendê-los. Esses sistemas são construídos através das observações da natureza, pela vivência dos integrantes dessas populações e, principalmente, pela forte interação que tais populações possuem com o ambiente.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre o uso dos recursos naturais por comunidades tradicionais do alto Jequitinhonha, realizada por estudantes e professores da Universidade Federal de Lavras, integrantes do Núcleo de Apoio e Pesquisa da Agricultura

Familiar Justino Obers (PPJ), em parceria com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), da cidade de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG, patrocinado pelo CNPq (Projeto 520792-7, 2001).

A parceria UFLA/CAV é de fundamental importância para o sucesso das pesquisas realizadas pelo PPJ no Alto Jequitinhonha, pois quando se tem um parceiro local, torna-se mais fácil compreender a realidade do lugar, suas peculiaridades, as políticas públicas ali desenvolvidas, além de auxiliar na devolução dos resultados da pesquisa à população pesquisada, como forma de reconhecimento ao aprendizado adquirido.

A pesquisa foi realizada em duas etapas: a primeira executada por uma equipe interdisciplinar de professores e estudantes da Universidade Federal de Lavras, de maio de 2001 a agosto de 2002; a segunda foi feita individualmente, no mês de agosto de 2002.

Para a primeira etapa foram selecionadas 12 comunidades do alto Jequitinhonha, nos municípios de Turmalina, Veredinha e Leme do Prado, área de atuação da entidade parceira. Como unidades de pesquisa foram escolhidas a comunidade e a família, sendo a comunidade uma forma de organização dos agricultores, em termos de espaço, cultura, ambiente e força política. É também pela sua comunidade que os agricultores se identificam, constroem sua identidade. A família seria

“a unidade de trabalho, produção, consumo e reprodução cultural fundamental”(RIBEIRO, 2002: 2).

A combinação de família e comunidade nos permite ter uma visão sobre as relações dos agricultores com o ambiente e com a sociedade.

Para a primeira etapa, foram selecionadas 12 comunidades do alto Jequitinhonha, nos municípios de Turmalina, Veredinha e Leme do Prado, área de atuação da entidade parceira.

A escolha das comunidades foi feita intencionalmente, com o auxílio de lideranças rurais locais, baseando-se em critérios como: proximidade do centro urbano, devido à diferença de acesso aos recursos urbanos; maior ou menor disponibilidade de recursos naturais; microbacia hidrográfica e município, levando em consideração a diversidade de políticas locais.

Foram pesquisadas as seguintes comunidades: Córrego dos Gomes, Palmital e Córrego da Mandassaia, no município de Leme do Prado; Macaúba, Caquente e Gameleira no município de Veredinha; e Canabrava, Gentio, Ponte do Funil, Macedo, Boa Vista e Morro Redondo, no município de Turmalina.

Em cada comunidade foram selecionadas, em média, cinco famílias, que a partir de critérios combinados de tamanho e composição da família, indicando a força de trabalho disponível; faixa etária do casal nuclear; maior ou menor tamanho do terreno, indicando disponibilidade diferenciada de acesso a terra, água e criação de animais. A indicação das famílias foi feita por lideranças comunitárias.

A pesquisa foi realizada em seis rodadas de entrevistas, sendo entrevistadas duas comunidades por vez. A equipe de pesquisadores era dividida em duplas (cada dupla entrevistava uma família), facilitando o processo de registro das informações. Cada entrevista durava cerca de duas horas e ao retornar das comunidades a equipe se reunia para relatar suas entrevistas, que eram gravadas em fita cassete, para posteriormente serem transcritas para o papel.

Após a segunda rodada de entrevistas, verificou-se a necessidade de entrevistar também “especialistas” da comunidade, pessoas que detivessem um profundo saber a respeito dos temas relacionados à pesquisa.

“O especialista exerce na comunidade um trabalho profissional e uma relação de docência, reconhecida como fazendo parte de um domínio comum de trabalho. São os pequenos magos e feiticeiros da comunidade, assim como seus rezadores, artistas e artesãos” (BRANDÃO, 1986:21-22).

Esse trabalho é, na maioria das vezes, não remunerado, tornando-se o saber do especialista uma forma de patrimônio da comunidade.

Foram selecionados três especialistas em cada comunidade: um especialista em recursos vegetais (mateiro), um especialista na história da comunidade (historiador) e um especialista em recursos da natureza para a saúde (raizeiro). Esses especialistas foram indicados pelos próprios moradores das comunidades, em uma visita prévia, realizada por um membro da equipe de pesquisa, que também se incumbiu de selecionar e marcar as entrevistas com as famílias, para explicar claramente os objetivos da pesquisa.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram:

- Roteiro semi-estruturado de entrevista, composto dos objetivos da pesquisa e de questões abertas que norteavam os pesquisadores durante a entrevista; importante ressaltar que o roteiro foi para os pesquisadores uma “rédea” e não um “freio”, buscando não limitar a entrevista;

- Caminhada transversal, que consiste em uma caminhada pelo terreno do entrevistado, tendo-o como guia, visando conhecer seu sistema de produção, suas áreas de extração de recursos, ampliando os horizontes da pesquisa.

Foram entrevistados, no total, 11 especialistas em recursos da natureza para a saúde, que demonstraram um vasto conhecimento sobre a utilização da vegetação do cerrado como remédio, associando às espécies preceitos, normas e cuidados peculiares, comprovados pelo uso através de gerações, buscando com isto perceber o

“repertório próprio de conhecimentos, cuja aparente rusticidade apenas esconde segredos e saberes de uma grande complexidade”.(BRANDÃO, 1986:16).

Dentre esses especialistas foram selecionados cinco para serem novamente entrevistados em um tempo maior (dois dias para cada um), com a aplicação de um roteiro mais específico para este trabalho e lançando mão do recurso de uma caminhada pelas áreas de coleta das espécies citadas durante a aplicação do roteiro; esta técnica permite entrar em contato direto com as espécies em seus ambientes de ocorrência, propiciando um aprendizado mais eficaz e também tem a vantagem de, em campo, possibilitar ao especialista recordar alguma espécie não citada durante a primeira parte da entrevista.

Os critérios para a escolha desses cinco especialistas (um especialista e dois casais), foram o grau de conhecimento demonstrado na primeira entrevista, a disponibilidade do especialista em estar recebendo novamente a pesquisadora e, pelo menos, duas microbacias diferentes, o que poderia indicar o uso diferenciado das espécies e o uso de espécies diferentes.

5- Os resultados obtidos

Durante as entrevistas foi possível conhecer uma parte das espécies utilizadas pelos especialistas em plantas medicinais. A cada espécie, eles associam uma série de características, de grande importância na identificação, classificação e posterior uso da espécie. Tais características podem ser relacionadas às folhas, às raízes, às cascas, ao efeito que tal espécie exerce sobre o organismo da pessoa, ao seu ambiente de ocorrência, etc.

5.1 Ambientes

É de grande relevância conhecer as características dos diferentes ambientes onde as plantas medicinais podem ser encontradas. Tal conhecimento permite perceber a importância específica de cada ambiente, a relação recurso-ambiente e o amplo conhecimento dos especialistas sobre a diversidade local.

Segundo os especialistas, o ambiente que denominam *campo* é a maior fonte de medicamentos. Eles definem como campo uma área de vegetação mais esparsa, de solo pouco fértil, localizada em encostas, usada para criação de animais, coleta e extração. São remédios específicos do campo a galúina (*Palicourea rigida*), a erva-de-sangue (*Chaptalia nutans*) e a orelha-de-burro (*Byrsonia verbacifolia*).⁶

Pode-se também encontrar alguns remédios na *chapada*, que é uma região alta, plana, com uma vegetação característica, onde predominam plantas herbáceas e arbustivas, mas de terras pouco férteis. A planta medicinal de chapada mais citada foi o canguçu-branco (não identificado), usado contra ofensa (picada) de cobra.

Há uma área denominada *capoeira*, que é uma área onde a vegetação está se regenerando, uma terra “agreste”, podendo ser utilizada para algumas culturas, mesmo não sendo preferencial para cultivo. Pode ser considerada uma área de transição entre o campo e a cultura, local onde existe “todo tipo de pau”, segundo um dos entrevistados.

A *terra de cultura*, ou *grotá*, é a melhor terra para o cultivo, tanto pelo relevo quanto pela fertilidade. Dificilmente a terra de cultura oferece recursos para a saúde.

Algumas plantas são mais territorialistas, desenvolvendo-se apenas em determinado ambiente, como a galúina que só cresce no campo, e o canguçu que é específico da chapada. Outras plantas podem ser encontradas em vários ambientes, como o barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), que ocorre no campo, na grotá, e, eventualmente, na chapada.

A classificação (ou diferenciação) das espécies por ambiente leva a pensar a respeito da destruição de determinados ambientes do cerrado. As grandes culturas que se estabeleceram e ainda se estabelecem no cerrado mineiro (café, soja e eucalipto, por exemplo), ocupam especificamente áreas de chapada, que são planas, passíveis de serem mecanizadas, e que são constituídas por boa parte dos recursos vegetais utilizados para a saúde de comunidades

⁶ Para identificação dos nomes científicos das plantas usou-se Cruz (1965), Comune (1986), Albuquerque (1989), Caribe (1991), Matos (1994), Lorenzi (1998) e Rodrigues (1998).

adjacentes. Alguns dos especialistas entrevistados citaram a dificuldade de encontrar algumas espécies antes abundantes nas chapadas. Segundo senhor J., “*De Capelinha p/ baixo as empresas não poderiam ter entrado, pois ali tinha muito remédio que não tinha em outro lugar, e o eucalipto acabou com tudo*”.

5.2 Transmissão de conhecimentos, classificação e identificação das plantas medicinais

O conhecimento desses especialistas sobre as plantas medicinais foi passado através de gerações, sendo uma riqueza dessas comunidades, uma herança deixada pelos antigos. A preocupação de transmitir o conhecimento aos mais novos pode ser observada na fala de Senhor H., 65 anos: “*A gente tem que ensinar o que sabe, porque nós num tem vida pra toda vida*”.

Para identificar uma espécie, são observadas características da folha, o “tipo” da árvore e o cheiro, que é característico para cada espécie e é um critério usado para esclarecer dúvidas na identificação. De acordo com Sr. J., “*É difícil ter remédio sem cheiro*”.

Um exemplo de identificação pelas características das folhas é o caso do assa-peixe (*Vernonia sp.*): existem dois tipos da planta, o assa-peixe de folha larga não é remédio, o remédio é o assa-peixe de folha estreita (*Vernonia ferruginea* Less.), bom para gripe e dor de cabeça.

No caso das aroeiras e dos angicos, a identificação é feita pela casca; a aroeira branca tem casca fina, a madeira demora a dar cerne, e dá um cerne claro; a aroeira vermelha tem a casca grossa, dá cerne em qualquer idade, um cerne vermelho; já a aroeirinha possui uma madeira boa para poste, que não é atacada por cupins e é alergênica para a pele de algumas pessoas. No caso do angico, são classificados em liso (de casca lisa) e cascudo (de casca rugosa); apenas o angico cascudo (*Anadenanthera falcata*) é medicinal.

Como maneira de garantir a segurança do medicamento, todos os especialistas entrevistados afirmam não receitar a ninguém qualquer remédio que ele próprio ou alguém de sua família já não tenha utilizado. Esta é uma forma também, de comprovar e reforçar a eficiência do remédio.

Alguns dos entrevistados afirmam já ter feito experiências para descobrir a utilização de determinada planta. Para estas experiências, eles próprios serviram de cobaia, ingerindo o medicamento durante crises agudas de alguma doença.

Existem, entre eles, critérios para classificar as espécies. Tais critérios podem ser relacionados ao gosto e/ou ao efeito causado no consumidor.⁷ O gosto do remédio está bastante associado à parte do organismo na qual ele atua. Remédios amargos são indicados para o fígado, para dores de cabeça e para gripes “malinadas” (acompanhadas de febre). Os remédios doces são utilizados para gripe sem febre e para problemas do intestino. Os remédios para os rins geralmente não têm gosto.

Os remédios também são classificados em *quentes* e *frios*. Os frios, ou frescos, como o quebra-pedra (*Phyllanthus niruri*) e o chapéu-de-couro (*Echinodorus grandiflorus*), são utilizados para problemas dos rins, e não são recomendados para pessoas que se resfriam com frequência ou sofrem de reumatismo. Os remédios quentes são indicados para problemas no aparelho respiratório (gripe, bronquite, asma, etc.), mas devem ser evitados por pessoas que sofrem de problemas nos rins; como exemplos de remédios quentes, temos o fedegoso (*Senna macranthera*) e o jatobá (*Hymenaea stagnocarpa*).

Para os remédios frescos foi feita uma correlação com o seu ambiente de desenvolvimento: remédios frios, ou frescos, seriam aqueles que ocorrem em ambientes úmidos, como brejos e beiras de córregos.

Podemos também observar uma relação contrária remédio/sintoma. Esta relação pode ser percebida com clareza, em um exemplo citado pela senhora M.: “*A raiz da jaca dura (Annonna sp.) é fresca, excelente para acabar com o calor da menopausa.*”

Outra classificação encontrada foi a divisão dos remédios em *forte* e *fraco*. O remédio forte apresenta algumas restrições ao uso, principalmente por pessoas que tenham problemas no aparelho digestivo. Os remédios fracos seriam aqueles mais “indefesos”, que podem ser usados por qualquer pessoa, sem restrições.

Como foi possível perceber, a classificação das plantas pelos especialistas, não é feita baseada na constituição das espécies, e sim na relação espécie/consumidor, o que mostra a forte relação do homem com a natureza, tornando-se o próprio homem o principal critério classificatório dos remédios e de outros recursos naturais utilizados por ele.

O quadro a seguir esquematiza a classificação dos remédios de acordo com os efeitos causados no consumidor:

⁷ BRANDÃO (1981) caracterizou os critérios de classificação dos alimentos usados por uma comunidade de agricultores no interior de Goiás.

Classificação	Indicação	Contra-indicação
Amargo	Problemas no fígado, dores de cabeça, gripes com febre	Pessoas que possuem problemas no estômago
Doce	Gripe sem febre, problemas do intestino	Não tem
Quente	Problemas no aparelho respiratório	Pessoas que sofrem dos rins
Frio	Problemas nos rins	Pessoas que têm reumatismo
Forte	Várias	Pessoas que possuem problemas no aparelho digestivo
Fraco	Várias	Não tem

Quadro 1- Classificação e uso dos remédios.

Fonte: Pesquisa de campo 2002.

5.3 Preceitos, cuidados e valores culturais associados às espécies medicinais

Relacionados às plantas medicinais, existem preceitos e regras de utilização, que buscam garantir a eficiência dos medicamentos e a segurança do consumidor.

Preceitos fortes, presentes em praticamente todas as práticas, estão relacionados ao número de partes da planta a serem utilizadas. É consenso entre os especialistas que, para o remédio ter maior efeito, seja usado um número ímpar de folhas, flores, raízes ou sementes. Segundo eles, era assim que os antigos faziam.

Alguns preceitos dizem respeito à ação de outros elementos da natureza sobre a eficácia do medicamento. Para que se obtenha o efeito esperado as cascas das árvores devem ser tiradas do lado que o sol nasce, e as raízes devem ser colhidas na lua minguante, porque apresentam menor teor de água em sua composição.

O canguçu branco mais eficiente é aquele que cresce “pareado” (ao lado) com o canguçu preto, embora o preto seja venenoso e utilizado em rituais de magia. O barbatimão age sobre o sangue devido à sua coloração vermelha, a casca do angico tem poder cicatrizante porque a árvore se recupera facilmente após ter sua casca retirada, voltando o tronco a ficar liso. Tais preceitos

podem estar ligados à maneira como as plantas foram descobertas e experimentadas como remédio pelas gerações anteriores.

Algumas plantas exigem, segundo os especialistas, cuidados especiais em sua ministração. Tais cuidados podem estar diretamente relacionados à planta, ou relacionados à maneira como o remédio foi preparado e recebem a denominação de “dieta” ou “resguardo”, quando privam o paciente de determinados hábitos.⁸

Quando se “abafa” o remédio, ou seja, deixa-o imerso em água quente em recipiente tampado, deve-se guardar dieta, que no caso significa não se expor a baixas temperaturas, vento, e não beber água fria durante dois dias.

Algumas plantas podem ter a propriedade de curar a “quebra da dieta” de outras plantas. Um exemplo disto é o caso da caapeba (*Potomorphe umbelata*), planta que exige um resguardo rígido, impossibilitando a pessoa de sair de casa, para não se sujeitar à influência dos fatores da natureza. Quando a dieta da caapeba é quebrada, recomenda-se o uso do romã (*Punica granatum*). Segundo um dos entrevistados:

“O que cura o resguardo quebrado da caapeba é o romã; e do romã o que cura é o torrão(morte)”.

Essas dietas geralmente são cumpridas à risca, e não são raros os casos de pessoas que não tomaram os devidos cuidados e sofreram as conseqüências.

O barbatimão e o pau-d’óleo (*Copaifera langsdorffi*) são excelentes cicatrizantes, mas devem ser usados em “machucões velhos”, ou seja, em feridas já desinfecionadas e em vias de cicatrização; em feridas novas, podem provocar uma falsa cicatrização, ou uma cicatrização superficial. O assa-peixe não deve ser utilizado por pessoas que têm estômago fraco, pois é um remédio forte e prejudica seriamente este órgão; se a pessoa de “estômago fraco” beber, deve provocar vômito.

Segundo os especialistas, os remédios amargos não devem ser misturados, e deve-se ter um cuidado especial com esse tipo de medicamento; quando o gosto for muito amargo, recomenda-se tomar pouco. Outros cuidados são relacionados à quantidade da planta a ser usada, pois de acordo com eles, se exagerar na dose do remédio, ele se transforma em veneno.

⁸ BRANDÃO (1986), exemplifica bem o valor dos preceitos e dos valores culturais presentes nas relações do homem com o meio ambiente. Segundo ele, não é porque uma crença é verdadeira que uma comunidade toda acredita nela; é porque a comunidade acredita coletivamente nela que ela é verdadeira.

5.4- Quando coletar as espécies medicinais

Um aspecto que está diretamente ligado à eficácia das plantas medicinais é a época e o horário de coleta para o consumo imediato ou armazenamento.

No caso das plantas em que se usam as sementes, a época de coleta é na frutificação, que na maioria das espécies ocorre durante o período das águas (período chuvoso). Com relação às raízes e cascas, o ideal é coletar um pouco antes do período das chuvas, antes de “brotarem”, porque depois disso, elas “viram veneno”. Alguns especialistas costumam coletar uma quantidade de cascas, sementes e raízes, e armazenar. As folhas devem ser coletadas maduras, de preferência em ramos sem brotos.

Com relação ao horário de coleta, há algumas variações. Alguns especialistas são categóricos ao dizer que o ideal é coletar bem cedo, antes do sol nascer; pois *“Quando o sol tá nascendo, toda a força dele tá vindo junto com a planta, quando ele tá indo embora, a força da planta tá indo também”*. Outros dizem que isso não faz diferença.

5.5 Formas de domínio, regulação e uso das plantas medicinais

As comunidades tradicionais geralmente possuem normas de uso e regulação dos recursos naturais. Tais normas são intrínsecas às comunidades, compondo um complexo sistema de preservação desses recursos. Para compreender essas normas é preciso entender as formas de domínio das comunidades sobre os recursos naturais.

Nas comunidades pesquisadas, os direitos de cada família sobre a terra aumentam à medida em que se aproximam da moradia. É ao redor da casa que se localizam a horta, o canteiro de medicinais, a criação de galinhas e porcos. O que está ao redor da casa deve ser respeitado: *“Se precisar, tem que pedir permissão”*. No caso de espécies frutíferas, raramente os donos do terreno no qual elas se encontram fazem restrições à sua coleta a quem quer que seja.

Na medida em que se afastam das proximidades das moradias e vão ganhando os campos e chapadas, os direitos ao uso dos recursos naturais vão sendo compartilhados entre as famílias da comunidade (RIBEIRO et al, 2002; GALIZONI, 2000).

Outro fator que regula o uso dos recursos naturais é a “natureza”, ou frequência de renovação do recurso. Lenha para fogão pode ser coletada no terreno de qualquer um, desde que esteja seca; frutos também, desde que estejam maduros ou em vias de amadurecer. Madeira para

construção é como se fosse um investimento da família; se alguém precisar da madeira que está no terreno do outro, tem que negociar.

No tocante às plantas medicinais nativas, as normas de uso são brandas, visto que se trata de um recurso de extrema necessidade, que geralmente se encontra em áreas comuns e não destroem a madeira quando são retiradas; podem ser coletadas em qualquer terreno.

Quando a espécie medicinal apresenta também potencial madeireiro e existe em grande quantidade, prioriza-se o uso para madeira; mas se a espécie ocorre em pouca quantidade e tem grande uso medicinal, como é o caso da imburana (*Amburana cearensis*) na comunidade Caquente, dita o bom senso que os espécimes devem ser preservados para uso medicinal.

5 - Considerações Finais

O uso da biodiversidade por comunidades tradicionais precisa ser estudado mais profundamente, pois além de servir de exemplo de conservação, pode representar fortes subsídios para a elaboração de políticas públicas que visem a promoção desses grupos. Ao invés de serem vistos como “miseráveis”, marginalizados por seu reduzido poder econômico, essas populações devem ser valorizadas pelo seu grande conhecimento sobre os recursos naturais e as diferentes formas de utilização e manejo desses recursos.

Pesquisas acadêmicas com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o modo de vida dessas comunidades podem ser úteis para enriquecer as técnicas de conservação ambiental desenvolvidas nos centros de pesquisa e também para sensibilizar os técnicos a respeito da importância de se respeitar o saber local nos projetos de desenvolvimento para as comunidades em questão.

6 - Referências Bibliográficas

ABREU MATOS, F. J. **Sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades.** Fortaleza: EUFC, 1994. 180p.

ALBUQUERQUE, J. M.de, **Plantas medicinais de uso popular.** Brasília: ABEAS/ MEC, 1989. 96p.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer.** Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181p.

_____. *Saber de classe e educação popular*. In: **O ardil da ordem**. Campinas: Papyrus, 1986. 2 ed. p. 9 – 39

CARIBÉ, J; CAMPOS, J. M. **Plantas que ajudam o homem – guia prático para o mundo atual**. São Paulo: Cultrix/ Pensamento, 1991. 321p.

CASTRO, E. *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. In: DIEGUES, A. C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, Hucitec, 2000. p.165-182.

CHÉVEZ POZO, O. V. **O pequi (*Caryocar brasiliense*): uma alternativa para o desenvolvimento sustentável do cerrado do norte de Minas Gerais**. Lavras: UFLA. 1997. 100p. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural).

COLCHESTER, M. *Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas*. In: DIEGUES, A. C. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, Hucitec, 2000. p.227-256.

COMUNE, A. **Recursos da natureza para a saúde**. Araçuaí: Pastoral da saúde, 1986. 167p.4 ed.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. 1996. 169p.

FERRI, M. G. **Plantas do Brasil – espécies do cerrado**. São Paulo: Edgard Bliicher Ltda, 1969. 239p.

_____. **Vegetação Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1980. 157p.

GALIZONI, F. M. **A terra construída**. São Paulo: USP/ FFLCH, 2000. 98p.(Dissertação de mestrado)

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. *Domesticando o mito da natureza selvagem*. In: **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**, São Paulo. Hucitec, 2000.p.125-147.

GOODLAND, R. J. A.; FERRI, M. G. **Ecologia do cerrado** Belo Horizonte: Itatiaia. 1979. 193p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras** – manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, v.1. Nova Odessa: Plantarum, 1998.351p

_____. **Árvores brasileiras** – manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, v.2. Nova Odessa: Plantarum, 1998.340p

MARTINS, E. R; CASTRO, D. M. de CASTELLANI, D. C; DIAS, J. E. **Plantas medicinais**. Viçosa: UFV, 1994. 220p.

PINTO, M. N.(org.) **Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993 – 2 ed. 681p.

POSEY, D. A . *Introdução: teoria e prática*. In: RIBEIRO, D. (org.) **Suma etnológica brasileira**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. V. 1, p.15 – 25.

POSEY, D. A. *Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados*. In: RIBEIRO, D. (org.) **Suma etnológica brasileira**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. V. 1, p.173 - 185.

RIBEIRO, A.E. M; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S. *Regulação, normas e técnicas de extração de recursos naturais em áreas coletivas do alto Jequitinhonha*. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002 p 591 - 610

REIS, T. A. **Levantamento etnobotânico numa comunidade do alto Jequitinhonha**. Lavras: UFLA, 2000. 34p. (Monografia – Graduação Engenharia Florestal)

RODRIGUES, V. E. G. **Levantamento florístico e etnobotânico de plantas medicinais dos cerrados na região da alto rio Grande – Minas Gerais**. Lavras: UFLA, 1998. 235p. (Dissertação – mestrado em Ciências Florestais)

WARMING, E.; FERRI, M. G. **Lagoa Santa e a vegetação dos cerrados brasileiros**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 386p.